

entretanto, uma decisão induzida apenas, naquela circunstância internacional emergencial, pela necessidade de economizar divisas para propiciar as importações mais essenciais de bens intermediários e de capital sem similar no país. Como nas propostas da campanha presidencial, a política cambial seletiva também era justificada pela necessidade de resguardar o crescimento das indústrias nacionais de bens de consumo, protegendo-as da competição internacional — assim como fizeram os países industrializados no fomento de suas indústrias nascentes.²⁴

Houve grande linha de continuidade entre as preocupações manifestadas na campanha presidencial e as propostas sistematizadas na Mensagem de 1951, em todos os temas acima abordados. O programa de governo era claro: orientar investimentos na direção de um novo perfil industrial ancorado na produção de insumos básicos e bens de capital, superando as restrições ao desenvolvimento econômico, que também era considerado uma condição para a conciliação de classes sociais. Para essa finalidade, o Estado devia realizar ou induzir investimentos essenciais para superar pontos de estrangulamento, com planos setoriais bem definidos.²⁵ As políticas

24 "O impacto sofrido por essa indústria [de bens de consumo], em 1947, por motivo das importações indiscriminadas e em massa de manufaturas já fabricadas no País, não arrefoceu o ânimo dos industriais brasileiros que, não obstante a concorrência externa, mantiveram o ritmo de produção em quase todos os setores e empreenderam a renovação e ampliação de equipamentos, grandemente desgastados pelo esforço de guerra. Contudo, a experiência demonstrou, então, que a indústria nacional não pode prescindir de uma sã política de comércio exterior, tendente a pôr as empresas instaladas para produção de artigos essenciais a coberto de surpresas resultantes de liberalidades excessivas em relação à concorrência externa. A falta de política aduaneira e, mais que isso, a situação cambial exigem a instituição daquela política, que deverá ser seguida pelo menos enquanto não se achar devidamente consolidada a posição industrial do país em face das nações industrialmente desenvolvidas. Preconizando tal orientação adotamos tão só a diretriz seguida por todas essas nações, durante o seu desenvolvimento" (Vargas, 1951-1954, p.128).

25 O programa acelerado de substituição de importações de insumos básicos e bens de capital deveria envolver investimentos na expansão da produção siderúrgica, incluso a de aços especiais (Vargas, 1951, p.120 et seq.); na produção de produtos químicos básicos, como aço sulfúrico, álcalis, barrilha e soda cáustica (Vargas, 1951-1954, p.124 et seq.); na produção de motores (Vargas, 1951-1954, p.127); de equipamentos de transporte e comunicação (Vargas, 1951-1954, p.151 et seq.); além de investimentos que superassem os estrangulamentos na

macroeconômicas, por sua vez, deveriam contar com expansão do crédito para fomentar a produção e combater a inflação; e com política cambial seletiva para fomentar a substituição de importações; com política fiscal que evitasse déficits, mas também aumentasse recursos para investimentos públicos nos ramos básicos.²⁶

Esse programa não era ortodoxo, nem meramente reativo ao agravamento das restrições externas gerado pela abertura comercial e financeira do governo Dutra e, depois, por mais uma rodada de substituição de importações concentrada no setor de bens de consumo. Na verdade, a Mensagem de 1951 adaptava, a um novo contexto, o programa de intervenção desenvolvimentista já delineado durante a guerra, mas barrado pelo avanço liberal. Agora, a justificativa ideológica desenvolvimentista para a intervenção estatal era exatamente a de que era mais conforme a "tendências manifestadas" no processo de substituição de importações no Brasil,

infraestrutura de transportes e comunicações (Vargas, 1951-1954, p.143 et seq.) e no fornecimento de energia elétrica, a partir de usinas hidrelétricas (Vargas, 1951-1954, p.156 et seq.). Ainda não havia qualquer referência à indústria de materiais elétricos, mas Vargas conferia uma especial ênfase à realização de projetos de investimento voltados ao refino interno de petróleo. O objetivo básico era economizar divisas com a substituição das importações de petróleo já refinado por importações de petróleo bruto a ser manufaturado internamente, em conjunto com o fomento à construção nacional de navios petroleiros (para reduzir custos de frete e ameaças de interrupção de fornecimento por escassez de praça marítima) e de novos silos para estocagem (Vargas, 1951-1954, p.162-6). A mesma lógica seria válida para fomentar a produção interna de carvão (Vargas, 1951-1954, p.167-8).

26 A Mensagem de 1951 também reproduzia, às vezes textualmente, as propostas de campanha nas críticas às políticas do governo Dutra (Vargas, 1951-1954, p.13-14, 81-3, 94, 96-7); na importância da expansão do crédito para fomentar a produção e combater a inflação (Vargas, 1951-1954, p.12, 83-4, 86-7); no papel de uma política cambial seletiva para fomentar deliberadamente a substituição de importações, em conjunto com a política de crédito (Vargas, 1951-1954, p.84, 89-92, 95-6, 128); na importância do equilíbrio orçamentário para combater a inflação e financiar grandes empreendimentos básicos de caráter público (Vargas, 1951-1954, p.12, 67-8, 77, 81-3, 185-6); na necessidade de orientar investimentos na direção de um novo padrão industrial ancorado na produção de insumos básicos e bens de capital, com ênfase na intervenção do Estado para superar pontos de estrangulamento (Vargas, 1951-1954, p.91-2, 122, 129, 133, 143, 151, 156-9, 162, 168); no papel da cooperação internacional para complementar a carência interna de capitais (Vargas, 1951-1954, p.187-9); no papel do crescimento econômico como condição de conciliação de classes (Vargas, 1951-1954, p.12-13, 222-4); na ênfase nas condições externas desfavoráveis a serem esperadas com a Guerra da Coreia e seus possíveis desdobramentos mundiais, exigindo a realização de uma política emergencial de estocagem de bens essenciais cuja escassez futura era provável — e uma aceleração da substituição de importações apoiada em financiamento interno e externo (Vargas, 1951-1954, p.90-1, 95-7).

Jesus Soares Pereira (membro original da assessoria e seu segundo coordenador), vários dos programas parciais elaborados pela assessoria até 1954, e não foram poucos, seguiram as diretrizes básicas (ainda gerais e vagas) do que chamou de "Mensagem Programática" de 1951 (Pereira, 1975, p.89 et seq.). Cleuntho de Paiva Leite, outro importante assessor direto de Vargas, foi ainda mais longe ao afirmar que "essa integração de vários projetos isolados é a característica principal, dominante, do segundo governo Vargas. Em vez de projetos isolados, você tem, no segundo governo, esse quadro, esses parâmetros, dentro dos quais vão se inscrevendo os problemas prioritários do país" (apud Lima, 1986, p.251). Para Rômulo de Almeida (1980), embora houvesse unidade de diretriz entre os diversos projetos parciais elaborados, vinculá-los explicitamente a um plano de metas era visto pelo presidente como politicamente oneroso e, talvez, até como tecnicamente ineficaz, ainda que a recusa de fazê-lo envolvesse o risco de ter dificultada a tarefa de coordenação posterior, pela ausência de um organismo formal de centralização de decisões.²⁷

27 "Agora, não se falava em plano, em planejamento não se falava, por uma razão: havia primeiro um bombardeio contra essa ideia de plano [...] ainda continuava no ar aquela polêmica do Gudin contra o Simonsen e o grande bombardeio de Gudin contra o livro de Von Mises e de Hayek e tal, e então havia um certo receio. Por outro lado o presidente, como era um homem muito ligado a uma ideia de Estado atuante e tinha uma grande resistência contra ele - a maioria no Congresso, suspições internacionais, alguns elementos do setor privado e tudo mais -, então ele teve muita preocupação de evitar que ostensivamente se adotasse esse nome, pelo menos na fase inicial" (Almeida, 1980, p.7, 10). Depois que vários programas parciais amadureceram, porém, o risco político em admitir a existência de um planejamento central implícito aos projetos foi assumido, particularmente na Mensagem de 1953, sujeito à ressalva, porém, de que o plano não nascera pronto e acabado, mas vinha sendo atualizado constantemente: "Como acentuei no discurso do segundo aniversário da atual gestão, os programas que o governo tem lançado, ou cujos estudos estão em andamento, pela sua coerência e unidade fundamental, apresentam, em conjunto, o característico de um plano de governo. Não era, entretanto, possível retardar o início dos programas parciais - tão desprovido estava e ainda está o país de recursos básicos e tão carente de técnicos - até que se elaborasse um plano global. A integração formal e informal dos programas parciais de energia, transportes, agricultura, indústrias de base, de obras sociais e de política monetária, na unidade de um plano, com as retificações recíprocas que se impuserem, é tarefa que já determinei e está sendo realizada em coordenação com os órgãos próprios. Para elaboração definitiva do plano e de sua permanente atualização, torna-se cada vez mais notória a necessidade da criação de um Conselho de Planejamento e Coordenação contando com serviços técnicos suficientemente equipados" (Vargas, 1952-1969, v.3, p.277). Como se sabe, tal agência não entrou em vigor no governo Vargas, embora algo similar a ela (o Conselho de Desenvolvimento Econômico) viesse a vigorar no governo Juscelino Kubitschek.

ao contrário das ilusões liberais quanto à suficiência de capitais externos e exportações tradicionais:

O desenvolvimento econômico requer crescentes importações de bens de produção e, de vez que os rendimentos se elevam, também maiores volumes de importação de bens de consumo. Mas a ampliação das importações supõe um incremento da procura internacional para nossos produtos de exportação ao lado da entrada de capitais estrangeiros. Nossas exportações, entretanto, não se têm expandido numa taxa equivalente à demanda de importações e, de outro, não têm sido ponderáveis, nem estáveis, os influxos de capitais. Em consequência, tende a balança de contas do país a ser cronicamente desequilibrada, coartando o progresso econômico interno [...] Nessas condições, a economia nacional, através de lento e descontinuo processo de adaptação, vem sofrendo uma transformação estrutural, que consiste essencialmente na substituição de importações pela produção doméstica e na diversificação das exportações. Esse processo, que se iniciou pela substituição das importações das manufaturas destinadas ao consumo, se prolonga na fase mais recente pelo crescimento de produção interna de bens de capital, antes importados [...] Um dos objetivos fundamentais da política econômica do governo deve residir na criação das condições que facilitem o referido processo de adaptação, em conformidade com as tendências manifestadas, como a solução naturalmente indicada para assegurar não só o desenvolvimento econômico como o equilíbrio das relações internacionais. A correção do desequilíbrio permanente do balanço de pagamentos importa em defender as iniciativas nacionais, para garantia da expansão da produção substitutiva de importações, sempre que economicamente viável, em expandir as receitas de exportação e em assegurar um influxo estável de capitais estrangeiros. (Vargas, 1951-1954, p.91-2)

Os programas da Mensagem de 1951 não ficaram no papel, e orientaram de fato a condução do governo. Isso talvez seja mais claro nos projetos de investimentos priorizados pela alocação de recursos fiscais e financeiros, embora não tenham sido coordenados por alguma agência central de planejamento, a não ser pelo próprio presidente e sua assessoria, de modo pouco formalizado. Isso foi enfatizado por vários membros da assessoria econômica do presidente, o corpo burocrático informal que o assessorava na redação de programas e no acompanhamento das políticas: a crer no depoimento de

Além da coordenação das decisões, o problema fundamental do programa desenvolvimentista era seu financiamento. Para isso, a própria restauração do par crédito/câmbio seletivo e barato era instrumental, mas insuficiente. Em 1951, mantido o câmbio fixo e sobrevalorizado, as reservas cambiais foram usadas para financiar a expansão das importações de bens de capital e insumos, que aumentaram significativamente nos primeiros anos de governo, antes que uma nova crise cambial forçasse sua desaceleração.²⁸ Na política de crédito, Ricardo Jafet foi indicado para o Banco do Brasil com a missão explícita de expandir o volume e rebaixar o custo do crédito, com a missão presidencial contra a tentativa de enquadramento do gozando de proteção presidencial para a tentativa de enquadramento do banco ao Ministério da Fazenda, de onde Horácio Lafer pretendia realizar uma política de crédito menos expansiva. Cabe lembrar que a crítica que Lafer fazia à política creditícia do Banco do Brasil não vinha de fontes ortodoxas, mas do argumento de que o crédito devia ser mais seletivo para apoiar mobilizações de capital fixo e o pleno emprego, evitando booms que implicassem inflação de estoques mercantis, loteamento de terras e imóveis urbanos.²⁹

Seja como for, recursos cambiais e financeiros baratos oferecidos pelo Banco do Brasil não eram suficientes para financiar investimentos pesados nos ramos básicos, cujos requisitos de financiamento ultrapassavam o horizonte financeiro das firmas locais e nos quais a disponibilidade de tecnologias materializadas em bens de capital importados era limitada. Em outras palavras, a utilização da política cambial como instrumento de política industrial se limitava a incentivar demandas de diversificação industrial passíveis de serem atendidas mediante bens de capital acessíveis no mercado internacional, e cujos requisitos de financiamento e escala (ou mesmo de risco) estivessem ao alcance de decisões de diversificação do capital local que não exigissem mecanismos mais avançados de centralização de capitais. Para superar a industrialização restringida, portanto, era necessário criar fundos financeiros internos e mobilizar recursos em moeda externa

28 As importações de bens de consumo no biênio foram, em sua imensa maioria, feitas sem que o critério de seletividade na utilização das reservas fosse desrespeitado, ou seja, por meio de operações vinculadas a exportações de produtos "gravosos" ou de convênios comerciais de compensação bilateral.

29 Sobre as ideias heterodoxas de Horácio Lafer e o fracasso de sua tentativa de controlar o Banco do Brasil, por não contar com o apoio do presidente, ver Bastos (2005; 2001).

em escala muito superior àquela passível de acumulação pelas firmas locais, mesmo quando compensassem parcialmente suas disponibilidades de capital com crédito e câmbio baratos.

No que tange aos recursos em moeda local, sua mobilização foi tarefa destinada à assessoria econômica da Presidência e ao Ministério da Fazenda. A assessoria elaborou projetos que envolviam, várias vezes, a proposta de uma nova agência pública para administrar os programas e novos fundos fiscais vinculados às tarefas específicas. Em vez de esperar por reformas financeiras, tributária e administrativa gerais, preferiu contornar obstáculos políticos por meio de reformas incrementais no sistema tributário e administrativo. Como "braço" de Vargas na formulação de novos programas, a atuação da assessoria foi pródiga: Petrobras, Fundo Nacional de Eletrificação, Eletrobrás, Plano Nacional do Carvão, Comissão de Desenvolvimento Industrial (e seu Plano Geral de Industrialização), Subcomissão de Jeeps, Tratores, Caminhões e Automóveis, Capes, Carteira de Colonização do Banco do Brasil, Instituto Nacional de Imigração, Comissão Nacional de Política Agrária, Banco do Nordeste do Brasil, Plano Nacional do Babaçu, Companhia Nacional de Seguros Agrícolas e Conselho Nacional de Administração de Empréstimos Rurais.³⁰

Ao Ministério da Fazenda coube, em um primeiro momento, assegurar o equilíbrio orçamentário por meio de aumento da arrecadação e racionalização do gasto, priorizando investimentos; paralelamente, elaborou-se um plano financeiro para o reaparelhamento econômico do país (aquilo que seria conhecido como Plano Lafer), que deveria permitir, em um segundo momento, ampliar a capacidade de produção nos ramos básicos sem prejudicar o equilíbrio orçamentário. O Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico contaria com o empréstimo compulsório de adicional sobre o Imposto de Renda, assim como recursos do Banco Mundial e do Eximbank, constituindo o Fundo de Reaparelhamento Econômico (FRE). Os recursos seriam geridos por um novo banco público, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que financiaria projetos prioritários elaborados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU).

30 A listagem é de D'Araújo (1982, p.135). Para uma análise geral das transformações operadas no aparelho de Estado durante o segundo governo Vargas, ver Draibe (1985, capítulo 3); para uma listagem sucinta dos órgãos criados em seu governo, sob influência da assessoria econômica ou não, ver Fonseca (1987, p.366).

Horácio Lafer foi o responsável pela tramitação do projeto do BNDE junto ao Congresso Nacional, e o Ministério das Relações Exteriores cuidou da negociação dos recursos externos transferidos para os projetos da CMBEU, seguindo instruções claras de Vargas. O objetivo brasileiro era obter recursos nos termos do Ponto IV, ou seja, do compromisso do presidente Truman de prover assistência técnica e financeira a países pobres sob sua área de influência. O governo Dutra já requisitara a formação de uma comissão para analisar projetos que pudessem intitular o país a recorrer às promessas de ajuda norte-americanas desde abril de 1949, mas a troca de notas diplomáticas que formalizaria o início dos estudos para a formação de uma comissão mista só se realizaria em dezembro de 1950 — depois de já ser conhecida a vitória de Vargas nas eleições de outubro e, sobretudo, de já haver sido convocada pelos Estados Unidos a IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, visando obter apoio continental para a mobilização militar na Coreia. O sinal para uma barganha era claro, e ele foi rapidamente entendido e aproveitado pelo novo governo brasileiro.

Desde o início das gestões bilaterais, era claro ao governo Vargas que o Ponto IV criara uma excelente oportunidade. O objetivo do presidente era trocar o alinhamento político-militar por colaboração econômico-financeira, seguindo o padrão que dera certo nas negociações que levaram ao financiamento da CSN em 1942 e buscando assegurar, agora, não só suprimentos essenciais em caso de emergência, como recursos para levar adiante os projetos de superação dos estrangulamentos na infraestrutura de transportes e energia identificados na campanha presidencial. Isso era confidenciado por João Neves a Oswaldo Aranha, em carta datada de 9 de janeiro de 1951:

Devemos cooperar — e havemos de cooperar com os Estados Unidos —, mas a cooperação deve ser recíproca, conseguindo nós que as utilidades a serem alcançadas no estrangeiro se convertam em utilidades indispensáveis ao Brasil, em bens de produção ou semelhantes [...] se entregarmos, embora bem vendidos, nossos minerais estratégicos, é justo que também tenhamos fábricas de seus produtos para nossa defesa que é, também, a defesa dos Estados Unidos.

(OA 51.01.09)

Também era claro ao governo brasileiro que o objetivo estratégico norte-americano, ao iniciar nova rodada de “cooperação pan-americana”,

era assegurar o fornecimento de minerais estratégicos no Brasil e, se possível, contar com o apoio de uma nova força expedicionária brasileira na Coreia (ver *O Globo*, 19 jan. 1951; GV 51.01.01/1; OA 51.01.09). Como Vargas resistiu atender à solicitação de envio de tropas à Coreia, a posse de materiais estratégicos foi o principal trunfo utilizado pelos negociadores brasileiros para assegurar a colaboração financeira externa, desde o início das negociações bilaterais. De fato, Vargas chegaria mesmo a afirmar publicamente, em entrevista ao jornal *O Globo*, em 19 de janeiro de 1951, que a exportação de areias monazíticas seria a grande arma brasileira nas negociações bilaterais com os Estados Unidos durante a reunião de chanceleres, dali a três meses (o que não deixaria de ser enfatizado em despacho do vice-cônsul norte-americano no Rio de Janeiro ao Departamento de Estado: NA-M1489: 832.00/1-2251). No memorando enviado ao embaixador dos Estados Unidos em meados de janeiro de 1951, em que estipulava os termos da barganha, Vargas tampouco escondia (antes de sua posse) que:

A boa vontade do governo brasileiro de contribuir com as matérias-primas nacionais para a economia de emergência dos Estados Unidos deve encontrar sua contrapartida na boa vontade do governo norte-americano de conceder prioridades de fabricação e créditos bancários a termo médio e longo, para a imediata execução de um programa racional de industrialização e de obras públicas, ao qual serão consagrados os principais esforços da administração brasileira (GV 51.01.04/2).³¹

As pressões de Vargas surtiram efeito. Ao receber o extenso memorando, o subsecretário de Estado, Edward Miller, sugeriu ao secretário Dean Acheson que assinasse um memorando ao presidente Truman sobre as negociações com o Brasil, em que se afirmava que o memorando enviado por Vargas criava uma nova urgência nas relações bilaterais e era “um dos mais importantes documentos das relações Estados Unidos-Brasil nos anos recentes” (NA-M1489: 832.00/1-2551). Na IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, o argumento brasileiro era que, para além da cooperação

31 Vargas também solicitava que os Estados Unidos não buscassem reduzir artificialmente os preços do café ou outros produtos exportados pelo Brasil, além de arrolar um grande número de projetos internos a serem financiados e exigir prioridades de suprimento de insumos essenciais em meio à escassez trazida pela Guerra da Coreia.

militar, a promoção do desenvolvimento econômico seria um anteparo contra a principal ameaça subversiva na região, a infiltração de ideias comunistas em países marcados pela pobreza e pelas desigualdades sociais. Em julho de 1951, após intensas negociações, a CMBEU foi constituída a partir de um compromisso *informal* dos Estados Unidos de assegurar, junto ao Banco Mundial e ao Eximbank, pelo menos US\$ 300 milhões para financiar os projetos aprovados pela Comissão Mista. Esses recursos eram essenciais para contornar a escassez de reservas cambiais para importar bens de capital e serviços de engenharia estrangeiros.

As diretrizes de Vargas continuaram sendo seguidas na negociação do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos em março de 1952. Com este, o governo brasileiro negava-se ao envio de tropas, mas se comprometia a fornecer materiais estratégicos para a mobilização militar norte-americana (manganês, areias monazíticas e urânio, por exemplo) – além do embargo de tais materiais a países da “Cortina de Ferro” –, em troca de novas promessas de fornecimento de insumos essenciais em caso de guerra e de apoio futuro para o aparelhamento e treinamento das Forças Armadas brasileiras (Bandeira, 1997; D’Araujo, 1982).

A dura negociação envolvendo a barganha de insumos estratégicos por financiamento externo mostra que Vargas não era xenóforo, pois precisava superar tanto as restrições cambiais como as resistências políticas internas à centralização de recursos pelo Estado. A propósito, a necessidade de contrapartida financeira em moeda local para os recursos externos foi usada por Lafer, em sua negociação com o Congresso Nacional, para contornar resistências políticas à aprovação do Fundo de Reparelhamento Econômico e do BNDE, sob pena de perder os recursos externos.³²

32 “A carência de capitais nacionais, impossível de suprir-se sem sacrifícios dos níveis de vida, reclama um crescente influxo adicional de capitais estrangeiros [...] Em face da experiência do pós-guerra na finança mundial, devemos esperar mais da cooperação técnica e financeira de caráter público. Até porque a maior aplicação de capitais privados pressupõe a existência de condições que só podem ser criadas mediante inversões públicas em setores básicos, tais como energia e transporte [...] Nossas fontes de capitais públicos são hoje o governo norte-americano, através do Eximbank, e os organismos internacionais, criados em Bretton Woods, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional [...] Vale salientar que o Brasil está incluído entre as áreas da economia mundial que se devem beneficiar com a ajuda técnica e financeira através do denominado Ponto IV, ou seja, o programa de assistência do governo norte-americano às regiões economicamente subdesenvolvidas” (Vargas, 1951-1954, p.187-8).

Vargas também não era “entreguista”: se não rejeitava a associação com financiadores estrangeiros, tampouco aceitava qualquer associação. Por isso, precisava de trunfos para barganhar por termos de associação mais favoráveis à realização dos investimentos pesados nos ramos básicos. O sucesso da barganha, porém, não dependia apenas dele, mas da permanência dos trunfos que interessavam aos Estados Unidos. Essa vulnerabilidade do projeto desenvolvimentista ficou evidente quando o Brasil perdeu seus trunfos, tornando-se mais vulnerável ao novo governo republicano nos Estados Unidos, liderado por Dwight Eisenhower, que denunciou o acordo de cooperação financeira que instituíra a CMBEU.

A crise do projeto varguista

Três crises relacionadas explicam o fracasso do projeto de desenvolvimento varguista: a crise sociopolítica interna, a crise da política externa e a crise econômica estrutural da industrialização restringida, manifesta na crise cambial de 1952 em diante. Vou abordá-las sinteticamente.

Crise sociopolítica

O equilíbrio sociopolítico sobre o qual se assentava o governo Vargas era precário, e a tentativa de controlar forças conflitantes acabou fracassando. Parte da popularidade de que gozava o estadista advinha de sua aura de “pai dos pobres”, popularidade esta que não podia se basear apenas em ilusão e manipulação de esperanças, devendo ser confirmada pelo atendimento de aspirações concretas das massas urbanas interpeladas pelo ideário trabalhista. Atendendo-as ou não, Vargas se sujeitava a acusações comunistas e udenistas, à esquerda e à direita, de que sua relação com as massas se baseava em um logro “populista” e “demagógico” a desmistificar. Esse tipo de acusação marcaria também, de modo mais refinado, interpretações acadêmicas sobre o populismo latino-americano, conceituado como o sistema de incorporação de interesses de camadas populares com baixo nível educacional e herdeiras da tradição de clientelismo rural. Por causa desses e de outros vícios de origem, as massas populares tenderiam, nessas visões